



A PRESENÇA DE CUBA

Therezinha de Castro

Bacharel e licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Professora de História do Colégio Pedro II, professora de Geo-história da Faculdade de Humanidade Pedro II.

Geógrafa do IBGE e do Instituto Brasileiro de Geografia (Política Internacional).

Membro da Sociedade Brasileira de Geografia, diretora do setor de Geografia e História do Instituto Brasileiro de Estudos Artísticos. Sócia efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Desde sua origem, há pouco mais de trinta anos, o Tratado do Rio de Janeiro de 1947, mais conhecido pela sigla TIAR, apóia-se no princípio tático de que só os Estados Unidos tinham capacidade de projetar uma presença militar efetiva sobre qualquer rincão do hemisfério. Passados aqueles anos, vemos não só que os tempos, mas também os conceitos, mudaram.

Considerando a América Latina como ponto pacífico, os Estados Unidos dela se afastaram e, por ignorarem certas tendências, ajudaram a implantar em Cuba a suposta "democracia castrista" para salvar a ilha da "ditadura de Batista".

Assim, em 1960, Cuba se transformava numa cabeça-de-ponte para o comunismo, abalando a paz no continente. No entanto, quando em 1967 Che Guevara foi morto, ao pretender desencadear um movimento pró-comunista na selva boliviana, a exportação da revolução por parte de Cuba ficou desacreditada. Foi abandonada por Fidel Castro, que a considerou como atitude "romântica" num tempo imaturo para a "revolução social" latino-americana.

O rompimento econômico-político com Cuba fora decretado em 1962 pela OEA; expulsa e declarada "um problema do hemisfério", os 24 membros da OEA, com exceção do México, executaram a política de boicote e embargo ao governo de Havana.

Nove anos depois (1971), Galo Plaza, Secretário-Geral da OEA, afirmava que o bloqueio a Cuba não havia sido construtivo nem eficiente. No ano seguinte (1972), o Peru, sob influência de uma revolução de tendência esquerdista, propunha ao Conselho Permanente da OEA que fosse concedido a cada país o direito de optar. A proposta foi rejeitada, mas estava aberto o caminho para reaproximações que criaram tensões unilaterais. Em 1975, vários países americanos, entre os quais a Argentina e o Chile (sob os governos Allende e Peron), que haviam rompido relações diplomáticas com Cuba, reataram-nas.

Os tempos passaram. Tão logo assumiu o governo, Carter começou a estudar as possibilidades de uma aproximação com Cuba, sem comprovar antes se havia real espírito de reciprocidade. Através de Cyrus Vance, a administração Carter mostrava-se disposta a discutir o reatamento dos laços rompidos em 1961, "sem pré-condições".

Na mesma época, em nome de um suposto "liberalismo", voltavam-se os Estados Unidos com sanções contra o Chile, o Uruguai e a Argentina, pretextando a violação dos direitos humanos, que os crédulos políticos estadunidenses não viram, ou fingiram não ver, em Cuba, quando para lá foram enviados como emissários públicos.

Por várias razões, o Brasil, como potência emergente que busca seu próprio destino, acabou, em março de 1977, por denunciar o Acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos.

Os tempos são outros e, a despeito do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca assinado no Rio de Janeiro, os grupos que dominam atualmente os países do continente, notadamente os do Cone Sul, acusam os Estados Unidos de abandono de seus verdadeiros aliados com o conseqüente colapso de seu papel histórico. Colapso que os fatos passam a comprovar.

Quando o exército cubano se envolveu em Angola, os Estados Unidos, por força de uma suposta democracia, se mantiveram dentro do escapismo sem vontade. Não podendo, por ação do Congresso, atuar em Angola ao lado de Holden Roberto, o então embaixador dos Estados Unidos na ONU declarava como "fator de estabilidade a presença em Luanda das forças castristas".

Pouco depois, Cuba intervém na Cornucópia Africana, na disputa bilateral Etiópia-Somália, dando a vitória para Adis-Abeba. De nada valeram então as ameaças da Casa Branca, pois Cuba, com o aberto apoio russo, desafiou o "Tio Sam". Em se tratando de opinião pública, ficava claro que Havana não transgrediria em nada o direito internacional, já que o governo de Adis-Abeba havia solicitado a ajuda cubana para repelir uma invasão somali, estrangeira.

Faltou, para Angola e para a Somália, o imprescindível apoio dos Estados Unidos.

Combatentes internacionais, os cubanos orgulham-se de haver demonstrado que têm capacidade, como disse Fidel Castro, de "marchar para um lugar remoto e lutar ali como se estivessem em seu próprio país".

Hoje, Carter parece que já começa a ver as tropas cubanas como forças mercenárias a serviço da Rússia. Dedução tardia, só aceita para quem sempre ignorou a dedicação de Fidel Castro ao "movimento revolucionário internacional".

A recente invasão cubana na província de Shaba, no Zaire (maio de 1978), levou a França a agir imediatamente. Estando, na ocasião, de passagem por Estocolmo, Kissinger disse muito bem que "o mundo livre tem hoje uma dívida de gratidão para com o Presidente Valéry Giscard d'Estaing". A França, com seu governo centralizado e de poderes concentrados, deu notável exemplo de ação rápida quando esta rapidez tanto se impunha.

Em contrapartida, o democrático Congresso dos Estados Unidos está acabando com a liderança de seu país, pois as palavras não resolvem e a burocracia entrava a ação. Embora o Presidente Carter tenha dito que "a Aliança Atlântica não deve limitar suas atividades à Europa, porque nos últimos anos o poder soviético se expandiu para além da área do Atlântico-Norte", que fizeram os Estados Unidos nestes últimos anos senão permitir, por "omissão democrática", essa mesma expansão?

Explica-se essa omissão, se levarmos em conta a mudança do equilíbrio do poder, em favor do Congresso, com Watergate. Desde aí, como reação, o Congresso colocou-se como um obstáculo permanente para a Presidência. Desde então, a Casa Branca sente a perda do poder, repartindo-o de modo muito desigual com um Congresso independente, onde, no caso atual da Presidência Carter, os próprios Democratas não apenas questionam o poder presidencial como se opõem a seus programas.

Ante a ditadura do Legislativo, os limites de ação do Executivo passaram a ser muito restritos nos Estados Unidos. Dentre as restrições do Congresso à autoridade presidencial podemos destacar a chamada *Lei dos Poderes de Guerra*. Limitando a ação do Presidente, essa lei concorre para afastar os Estados Unidos, cada vez mais, do cenário internacional, mesmo quando sua presença se faz necessária. A oposição do Congresso à venda do jato F-15 à Arábia Saudita, por exemplo, frustrou a estratégia diplomática dos Estados Unidos no Oriente Médio, onde mede suas forças com a União Soviética.

A Restrição da Seção 25 proíbe a assistência, durante o ano fiscal de 1978, a operações de natureza militar ou paramilitar no Zaire, a menos que o Presidente justifique-a no prazo de 60 dias perante o Congresso. Ora, se o Presidente Giscard d'Estaing fosse esperar pela justificativa, as atrocidades no Zaire continuariam e se perderia a preciosa província de Shaba. É um caso real para se

concluir que se é democracia o que existe nos Estados Unidos, então a democracia está obsoleta.

Foram as Restrições (Seção 620-B e Seção 406) que levaram o Cone Sul a se afastar militarmente dos Estados Unidos. E foi a Restrição Seção 404 que fez Angola cair sob tutela cubano-soviética.

Diante de tais Restrições, Cuba também minou o monopólio dos Estados Unidos no que diz respeito ao equilíbrio do poder numa disputa binacional latino-americana. Defendendo perante a Comissão de Relações Exteriores do Congresso dos Estados Unidos a presença cubana em Angola, o Professor Gerald Bender afirmou: "os angolanos precisavam de ajuda e escolheram os cubanos". Será porventura, válida a mesma justificativa, se numa nova situação similar a que se deu em 1965 na República Dominicana, vierem os comunistas a pedir o apoio de Cuba?

Sabemos que Fidel Castro comanda um exército equipado com as mais modernas armas russas. Sabemos, também, que a América Latina destina uma percentagem muito diminuta de seu Produto Nacional Bruto para os armamentos; percentagem considerada ínfima, se comparada à de qualquer outra região em desenvolvimento.

Sabemos que Cuba tem submetido, ultimamente, suas forças a constantes "batismos de fogo". Sabemos ainda que a última vez em que exércitos latino-americanos participaram de batalhas modernas foi na Segunda Guerra Mundial (Brasil) e na Guerra da Coréia (Colômbia).

Diante dos fatos, será mais que justo a todo Chefe de Estado-Maior latino-americano argumentar que seu país deve estar preparado para fazer frente à capacidade bélica cubana. É um fato a presença cubana. Dia a dia, Cuba vem projetando uma grande soma de dívidas sobre o Pacto do Rio de Janeiro, de 1947, a pedra angular da estabilidade latino-americana.



A ESTRATÉGIA SOVIÉTICA EM 1978

Jean Louis Gahery

A nova constituição da URSS, adotada em 7 de outubro do ano passado, estabelece, em seu preâmbulo, que "a Grande Revolução Socialista de Outubro . . . criou o Estado Soviético, instrumento essencial de defesa das conquistas revolucionárias, da edificação do socialismo e do comunismo. A humanidade, em escala mundial, atingiu uma fase histórica da transição do capitalismo para o socialismo".

Esta dupla evocação de defesa da pátria do socialismo e da missão que a Rússia se atribui em relação a toda a humanidade mostra bem a ambigüidade de estratégia geral da União Soviética. É, ao mesmo tempo, a de um Estado poderoso e a de uma ideologia que não conhece fronteiras. Torna-se, pois, difícil discernir seus objetivos e seus meios. Além disso, em uma empresa de tal natureza, não é nada fácil fazer abstração de qualquer elemento passional.

Os soviéticos, sempre ciosos da arte de guardar segredo de suas intenções e de seus meios, neste caso não fazem mistério do que pretendem a longo prazo. Basta que dispamos suas declarações da fraseologia que se envolve e não taxá-los

de duplicidade, porque negligenciamos ao traduzir claramente o que eles exprimem em uma linguagem já agora bastante conhecida, a ponto de se projetar sobre a nossa.

Por mais curioso que isso possa parecer, tendo em conta a colossal potência militar que edificaram, eles continuam a se julgar ameaçados. Desejam a Paz, proclamam isso, e são sinceros. Todavia, não perdem nenhuma oportunidade de estender sua influência e sua presença no mundo, sempre porém, dizem eles, a pedido de um Estado soberano e dentro dos limites territoriais desse Estado. Se pedirem, eles partem . . . porém não partiriam de Praga ou de Berlim e suas tropas entrariam na Romênia se o regime comunista estivesse aí ameaçado.

Tudo isso é coerente, pensamos poder demonstrá-lo nas linhas que se seguem, e poderá parecer tranquilizador.

Entretanto . . . da mesma forma que a natureza, no século XVII, tinha horror ao vácuo, a estratégia soviética tem horror ao vácuo político e militar, aparentando-se, dessa maneira, ao imperialismo colonial do século XIX. Mas um dia um vácuo que ela desejasse preencher poderia mostrar-se imperfeito. E . . . perguntamos nós, o que aconteceria se tal vácuo fosse diretamente ameaçado?

Dados Permanentes da Política Russa

O Estado soviético, sucessor do Império dos Czares, permanece sendo um Estado russo cujo povoamento e a geografia física influem sobre a política do regime, qualquer que seja este.

Seus reflexos atávicos, apesar do desenvolvimento atual de suas forças navais, são os de uma potência continental típica que pode ser definida do seguinte modo: potência na qual a geografia não lhe impõe limites definidos. Seu território esteve sempre aberto a invasões e ingerências que prejudicaram a realização de sua unidade. Seu dispositivo de defesa está sempre sendo exigido para que avance, pois essa potência sonha com um escudo protetor. Tal dispositivo tem a tendência a se expandir e visa à hegemonia sobre seu continente.

Toda potência continental tem seu apogeu; é a França da Monarquia, da Revolução do Império, é o Santo-Império, depois a Alemanha de Bismark a Hitler, em nossos dias é a União Soviética e futuramente, sem dúvida, será a China.

O complexo obsidional, próprio de uma potência continental, foi sempre uma característica dominante do Estado russo que, desde a sua criação, teve que resistir aos invasores, tanto de Leste como de Oeste e do Sul: tártaros, escandinavos, poloneses, turcos, franceses e alemães.

Isso gerou nos russos uma certa desconfiança em relação ao estrangeiro, sobretudo em relação aos ocidentais, em seguida ao cisma religioso do século XI.

As intervenções estrangeiras durante a guerra civil, depois a agressão hitlerista só fizeram reforçar a obsessão de segurança entre os dirigentes do país.

Essa desconfiança em relação a estrangeiro se alia a um messianismo nacional cujas raízes são de qualquer patriotismo. O russo tem um profundo amor a sua terra e, meio confusamente, a seu país — a Santa Rússia — ao qual atribui um destino privilegiado. Porém seu fatalismo, suas tendências anárquicas e sua indolência, que são a contrapartida de sua docilidade, não permitiram a realização desse destino senão ao preço de sua submissão a um poder forte, até mesmo tirânico.

No interior, todavia, esse Poder sempre se chocou com o problema das nacionalidades. A diversidade das populações do Império havia levado os czares a praticar uma política de assimilação, que fracassou. Na União Soviética, a partir de 1917, a ideologia totalitária a serviço do Estado constitui um fator de unidade indiscutível. Um patriotismo russo. O problema, no entanto, se reveste de novos aspectos, com o aumento da proporção de outros, não russos, à população.

Para desempenhar o papel que estimava ser o seu, esse Estado continental buscou, com toda perseverança possível, acesso aos mares livres. Somente no início do século XVIII é que o Estado Russo teve acesso ao Báltico e, meio século após, ao Mar Negro apesar de ter atingido o Pacífico Norte desde antes do fim do século XVII.

O século XIX foi marcado pelas tentativas de acesso ao Mediterrâneo, favorecidas com o desmembramento do império turco e a vassalagem dos Estados cristãos dos Balcãs.

Isso se constituiu, entretanto, em um revés. Porém no século seguinte, o fim dos impérios coloniais e o recuo da influência ocidental deram à União Soviética a possibilidade de desenvolver sua influência para além dos Estreitos, no Mediterrâneo Oriental, e, também além do Suez, no Oceano Índico.

Esse esforço, conduzido pelos sucessores daqueles que haviam "reunido" a terra russa, representa em realidade a manifestação de um imperialismo de grande potência. Bloqueado na Europa pela linha de demarcação histórica entre a civilização bizantina e a latina, o Império Russo desenvolveu sua política expansionista na Ásia até o encontro com os imperialismos rivais: o japonês e o britânico.

O surgimento do regime soviético em nada mudou essa tendência. A vitória de 1945 permitiu à URSS afastar os limites ocidentais de sua zona de influência até o Elba e, posteriormente, até os Montes da Boêmia. Na Ásia, após estabelecer um protetorado de fato sobre a Mongólia Exterior e haver arrancado alguns territórios ao Japão, enfrenta atualmente a contestação da China.

Contribuição da Ideologia

Tendo a Revolução do Proletariado nascido na Rússia e não nos países industrializados ocidentais, conforme haviam previsto Marx e Engels, os dirigentes soviéticos tiveram que se lançar à tarefa de construir o socialismo em um só país. Assim, na época de Stalin, o internacionalismo visava a proteger a URSS, base do

movimento revolucionário. Até hoje o caráter da Revolução mundial vem sendo proclamado sem cessar. Suslov, o ideólogo do Partido, ainda a 22 de outubro de 1974 em Tachkent anunciava: "o triunfo do mundo inteiro do marxismo-leninismo, do socialismo e do comunismo" e adiante proclamava que "o processo revolucionário mundial é irreversível".

Como vemos ao messianismo nacional russo se junta o messianismo revolucionário.

O "Movimento de Libertação Nacional" dos povos oprimidos atrai muito particularmente a atenção dos soviéticos, para quem tais movimentos inserem na típica luta de classes. A intervenção da URSS a favor de tais movimentos varia muito segundo o local, época e em função da análise da relação de forças. O XXV Congresso do PC, levado a cabo em fevereiro de 1976, após a intervenção cubano-soviética em Angola, deu ênfase a esse apoio em seu programa. Aliás ela está consignada na Constituição (cap. IV) e reza: "A política exterior da URSS visa a apoiar os povos em luta por sua libertação social e progresso social".

O objetivo final, entretanto, permanece sendo o da edificação do comunismo, que necessita do aumento e acúmulo de riquezas sociais durante a etapa intermediária da sociedade socialista. Trata-se, pois, de construir um forte componente econômico e ao mesmo tempo evitar sua destruição no confronto com o capitalismo.

Assim é que Kruchev declarava em 1960: "Temos todos os motivos para pensar que atingiremos nosso objetivo entre 1975 e 1980, desde que não haja guerra".

Tratava-se aí de uma considerável evolução, pois, desde Lenine e durante quarenta anos, as guerras tinham sido encaradas como inevitáveis, já que eram inerentes ao sistema imperialista. Para Kruchev, e a doutrina não mudou depois dele, a guerra pode e deve ser evitada.

Essa reviravolta foi devida à evolução da situação a partir de 1945, às conclusões que se impunham diante da realidade nuclear e, também, pela necessidade, para os dirigentes da URSS, de tirar o seu país do subdesenvolvimento econômico para responder às aspirações, cada dia mais permanentes, de seu povo ao bem-estar.

Nikita Kruchev, desde 1959, no XXI Congresso do PC, lançava seu slogan: "em 1970 alcançar os Estados Unidos no consumo per capita". Mais ou menos na mesma época ele previa atingir o supremo objetivo, isto é, a sociedade comunista na URSS, em 1980.

É importante atentar para o fato de que esta nova concessão do problema da guerra e da paz iria tornar-se uma das causas — ou dos pretextos — para a ruptura entre Moscou e Pequim. Um fator novo e particularmente importante iria assim estar presente na elaboração da estratégia soviética.

Finalidade e Princípios da Estratégia Soviética

A finalidade do regime soviético, sempre reafirmada pelos seus dirigentes, é, conforme vimos, a edificação do comunismo. A essa finalidade eles não poderiam renunciar sem que perdessem a confiança dos povos aos quais prometeram um mundo melhor.

Será que esperam ainda alcançar esse objetivo, em futuro previsível, quando os países do Leste também sofrem os efeitos da crise mundial e o dogma do contínuo progresso material se acha em compasso de espera pelas perspectivas da penúria de energia, em prazo mais ou menos longo, pelo menos no que atinge a fontes não renováveis? Não é provável. Eis por que, sem dúvida, Brejnev apontou a seus compatriotas uma etapa intermediária, que é a da "sociedade socialista desenvolvida" definida na Constituição de 1977.

Haja o que houver, o sistema soviético necessita vencer na competição permanente que trava com o sistema liberal, denominado "capitalista", e isso a despeito da crescente ameaça que representa o crescimento, como potência, da nova China.

O princípio essencial ao qual obedece a estratégia soviética é pois o *desejo de poder*, que, aliás, traduz o tradicional imperialismo russo e o messianismo nacional. Trata-se para a URSS de afirmar seu status de *Superpotência*, de não somente igualar os Estados Unidos mas o conjunto de seus inimigos potenciais e aí obter a superioridade absoluta.

O princípio encontra sua aplicação no desenvolvimento de suas forças armadas, igualmente nos esforços consagrados a realizações de prestígio, como a do lançamento do primeiro satélite, em 1957, e do primeiro homem ao espaço, em 1961, e, sobretudo, no esforço de desenvolvimento econômico do país, embora este com menor sucesso.

O apoio aos Movimentos de Libertação Nacional e a penetração no Terceiro Mundo promanam, igualmente, desse período. Assim é que Brejnev, em 25 de outubro de 1976, no Pleno do Comitê Central, declarava: "Os Estados Unidos deverão levar em conta a relação verdadeira entre as forças do mundo para determinar sua política, notadamente na África, onde a recente evolução reforçou as posições do campo socialista".

A *segurança* interna e a externa permanecem, porém, como a constante obsessão dos dirigentes soviéticos, cujos objetivos poderiam ser comprometidos se uma parte de seu dispositivo fraquejasse.

Enfim, os objetivos estratégicos devem ser atingidos *evitando-se um conflito maior* e levando em conta que qualquer conflito marginal pode degenerar em conflito maior. Isso implica o recurso à estratégia indireta, de que as recentes intervenções na África são uma magistral demonstração.

Objetivos a Médio Prazo

Os objetivos da política soviética são fixados tradicionalmente por ocasião do Congresso do PC e são válidos, em princípio, por cinco anos.

A nova Constituição, obra pessoal de Brejnev, confirma, em seus 174 artigos, os objetivos que o Secretário-Geral, igualmente Chefe de Estado desde 16 de junho 77, havia tido a intenção de determinar para a política de seu país na atual etapa histórica que atravessa. Eles podem ser enunciados em quatro proposições, a saber:

- garantir a segurança do regime e do Estado na URSS;
- conservar sua tutela sobre os países do Leste europeu, em nome do "internacionalismo socialista";
- "reforçar as posições do socialismo mundial", isto é, estender a influência da URSS além dos limites atuais e controlar, o mais cerradamente possível, o movimento comunista internacional;
- elevar o nível de vida do povo soviético.

De um modo geral trata-se, para os dirigentes soviéticos, de elaborar um conjunto de forças que lhes seja favorável em todos os campos: político, ideológico, econômico, social e militar.

Uma Política adaptada — Da coexistência pacífica à "détente"

Os Princípios

Foi em 1956, no XX Congresso, que a política adaptada aos objetivos estratégicos da URSS foi definida sob a denominação de coexistência pacífica. Tal política comportava dois aspectos:

- a emulação econômica entre Estados de sistemas sociais diferentes;
- o prosseguimento da luta ideológica.

"A coexistência de Estados com sistemas sociais diferentes é uma forma de luta de classes entre o socialismo e o capitalismo." (Resolução dos 81 partidos em 1960.)

As deficiências dessa política apareceram progressivamente, no campo econômico, durante os dez anos de governo de Kruchev, ao mesmo tempo em que se acentuava o antagonismo entre a URSS e a China. Com Brejnev, a partir de 1964, tomou corpo a necessidade de acrescentar-lhe uma terceira opção, a da *cooperação econômica com o Ocidente*, ao mesmo tempo que se revigorava a tendência ao entendimento com os Estados Unidos visando a eliminar os riscos de uma guerra nuclear.

Consignada na Constituição, a coexistência pacífica produziu, a partir de 1970, segundo Brejnev, "mudanças felizes no mundo" conhecidas pela denominação de "détente".

As Implicações

a) De acordo com os objetivos estratégicos já enunciados, a "détente" implica, antes de tudo, a consolidação do *status-quo territorial e político*, na medida em que este for favorável à URSS. Isso implica:

- a intangibilidade das fronteiras resultantes da Segunda Guerra Mundial. Na Europa, após vinte anos de esforços, a URSS obteve a 30 de julho de 1975 o reconhecimento oficial e tão solene quanto possível (no mais alto nível) das fronteiras dos Estados socialistas. Mais a Leste, após a implantação de um estado de tensão permanente com a China, isto é, a partir de 1969, ela desenvolve esforços tendo em vista o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva na Ásia (verdade é que sem grande sucesso), dos países interessados em não se indisporerem com Pequim;
- a manutenção do equilíbrio político bipolar (URSS x EUA), consagrado pelo acordo sobre a prevenção da guerra nuclear de 1973. A URSS é particularmente hostil à idéia de uma Europa política, que seria um elemento perturbador desse equilíbrio.

b) *Cooperação econômica*. A cooperação econômica com o Ocidente deve permitir à URSS acelerar seu desenvolvimento graças à tecnologia importada.

c) *Reforço da luta ideológica*. É indispensável, para evitar o risco de contágio de idéias liberais e para garantir a estabilidade interna, manter sob tutela os países situados na zona de influência da URSS, em nome do internacionalismo do proletariado. Justifica-se, dessa maneira, no quadro da coexistência pacífica, qualquer intervenção soviética para "defender as conquistas do socialismo", como ocorreu na Tchecoslováquia em 1968. Isto constitui, nada mais nada menos, a doutrina da soberania limitada, que foi institucionalizada na nova Constituição da República Democrática da Alemanha, em outubro de 1974.

d) *Extensão da influência soviética*. Fora das zonas cobertas pelos pactos e onde os interesses vitais de seu "sócio-adversário" não estiverem em jogo, a URSS se engaja abertamente para assegurar os regimes que aderiram a sua ideologia. Tais foram os casos do Vietnã, Laos e Angola. Esse é o caso atual da Etiópia. Em Cuba, após o revés de 1962, foi sua ajuda econômica que possibilitou a permanência do regime de Fidel Castro.

Esse é um aspecto essencial da estratégia indireta da URSS, que, progressivamente, "ocupa o terreno" e visa, dessa forma, a reduzir a liberdade de ação de seus rivais, reforçando sua própria segurança e assegurando em prazo mais longo, uma posição dominante no mundo. Além disso, mais ou menos discretamente, porém com perseverança, a URSS utiliza uma política de presença, graças à ajuda

econômica, técnica e militar (verdade que raramente gratuita) que leva os países em via de desenvolvimento e graças, também, a sua marinha e frota pesqueira.

Zonas e Eixos de Esforço

Sucedendo à guerra fria, a coexistência pacífica não modificou a zona na qual se exerce, de maneira prioritária, o choque Leste-Oeste. A Europa, berço da civilização industrial, região de maior densidade de massas populares evoluídas, com 460 milhões de habitantes, é o continente onde a URSS deve defender ao mesmo tempo suas conquistas territoriais de 1945 e as "conquistas do socialismo".

No Terceiro Mundo, na região do Mediterrâneo oriental e do Oriente Próximo, prolongada além do Suez para o oceano Índico e a Ásia meridional, situa-se uma das encruzilhadas do Mundo. O Ocidente aí tem interesses vitais e para a URSS é o local onde se situa o prolongamento moderno do eixo de esforço tradicional russo e a mais curta rota marítima entre seus territórios europeus e suas províncias do extremo oriente. É, enfim, uma região na qual a União Soviética deve conter a expansão da influência chinesa em direção ao subcontinente Indiano e à África Oriental.

A descolonização portuguesa, a revolução na Etiópia e as novas ameaças que pesam sobre os regimes brancos levaram a URSS a aproveitar a conjuntura favorável e aumentar suas ambições na África. Tirando partido das ambições de Fidel Castro e da ajuda que fornece a Cuba há quinze anos, a União Soviética empregou um exército do Terceiro Mundo em proveito direto de sua política.

Os esforços da URSS para conservar o controle do comunismo internacional e assegurar a integridade de seu território asiático a obrigam a se proteger contra a heresia chinesa e ao "chauvinismo de grande potência" da China. A rivalidade sino-soviética, bastante antiga na Ásia meridional, é todavia mais patente nos países do Sudeste asiático, sobretudo depois do retraimento americano. Manipulando velhos antagonismos, a URSS pôde fazer prevalecer sua influência no Vietnã e depois no Laos. Ao contrário, a China é mais bem aceita no Camboja e tenta apoiar a Tailândia, que tem um conflito latente com o Laos.

A ESTRATÉGIA MILITAR

Generalidades

Obedecendo aos objetivos de médio prazo da URSS, sua política de paz, reafirmada em todas as ocasiões, a estratégia geral só apresenta atualmente aspecto ofensivo no domínio ideológico e em uma região geográfica, que é a África, onde militares soviéticos desempenham o papel de conselheiros ou de especialistas.

A URSS mantém, apesar disso, fora do estado de guerra, o mais poderoso exército de todos os tempos (mais de 4 milhões de homens) e o dota de material cada dia mais moderno e aperfeiçoado. Consagra 11% de seu PNB a ele, enquanto que os EUA gastam 6% e a França 3%. Esse exército tem em torno de si, no seio do

Pacto de Varsóvia, os exércitos dos países-satélites europeus (1 milhão de homens) e não dispensou nem a mobilização de duas divisões mongólicas.

A doutrina militar, expressa no trabalho "ESTRATÉGIA MILITAR", feito sob a direção do Marechal Sokolowski entre 1962 e 1968, é ofensiva e prescreve mesmo qualquer conceito de "defesa estratégica".

Não é pois sem razão que os soviéticos atribuem a sua potência militar a possibilidade de evitar o recurso à guerra pelas "forças de agressão" conforme disse em 28 de janeiro de 1975 o Marechal Gretchko, já falecido. Em um discurso lembrava ele as missões do exército soviético:

- "preservar a Pátria das investidas agressivas de seus inimigos;
- garantir, juntamente com os exércitos dos países socialistas irmãos, a defesa de toda a comunidade socialista;
- ser um baluarte invencível de paz e de segurança no mundo".

Tais missões estão bem de acordo com os objetivos estratégicos gerais da URSS. Cada uma das forças singulares concorre para sua consecução.

As Forças Nucleares Estratégicas

As forças nucleares, garantia suprema da segurança contra uma agressão, devem no mínimo, equilibrar-se à dos Estados Unidos e de seus aliados e permitir, além disso, à URSS enfrentar a ameaça chinesa.

Sua ativação foi obra de Kruchev. Seu desenvolvimento resultou em uma espécie de bipolaridade dos Estados Unidos-União Soviética e numa corrida armamentista ao mesmo tempo danosa e perigosa para os dois países.

Os soviéticos acordaram com os americanos em um princípio de limitação de armas estratégicas. É o que se propõem através das negociações SALT, que prosseguem.

Para a URSS trata-se, segundo Brejnev, da "busca de igualdade e de segurança recíprocas", isto é, de paridade.

A paridade nuclear concorre efetivamente para o estabelecimento de uma relação de forças favoráveis aos soviéticos, já que estes possuem superioridade no que tange às forças clássicas. Foi dentro desse espírito que o Comitê Consultivo do Pacto de Varsóvia, reunido em Bucarest em 25 e 26 de novembro de 1976, propôs aos signatários do acordo de Helsinque renunciarem a ser os primeiros a empregar armas nucleares em caso de conflito. Tal proposição foi retirada no âmbito da ONU e, posteriormente, na conferência de Belgrado.

A Europa, zona de esforço principal das forças aeroterrestres

A Europa permanece como centro de gravidade do dispositivo das forças aeroterrestres soviéticas. Cerca da metade do total de forças estacionadas a Oeste

do Ural faz face à Europa ocidental. A quase-totalidade das divisões dos países da Europa Oriental está sob o comando unificado do Pacto de Varsóvia.

O papel dessas forças, constantemente mantidas em alerta, é triplice:

- a) Assegurar a intangibilidade das fronteiras e, se necessário, desencadear uma contra-ofensiva contra um eventual agressor.
- b) Assegurar, no âmbito do Pacto de Varsóvia, o enquadramento dos exércitos-satélites e o domínio soviético sobre os países da Europa oriental;
- c) Ficar em condições de intervir, em nome 'da defesa das conquistas do socialismo', para esmagar qualquer tentativa de desvio ou movimento contra-revolucionário.

A conclusão das negociações sobre os mísseis, nas quais os soviéticos não foram os proponentes, não foi de molde a prejudicá-los, ao contrário, eles poderiam ver sem desprazer a criação na Europa de uma zona especial na qual a liberdade de ação dos ocidentais estaria reduzida. Quanto ao retraimento de uma parte das forças aí estacionadas, tanto soviéticas quanto americanas, as conseqüências seriam diversas para o Leste e para os Ocidentais.

Dispositivo de dissuasão face à China

O dispositivo soviético, desde o mar de Aral até o Pacífico, é equivalente a pouco mais de um quarto da centena de divisões chinesas que lhe fazem face.

Além disso, seu dispositivo é insuficiente para permitir um ataque generalizado visando a uma prolongada ocupação do território chinês.

Mas, empregando as forças imediatamente disponíveis, eles possuem meios para desencadear operações com objetivos limitados. Deve-se notar, além disso, que a indústria chinesa, muito concentrada nas províncias de noroeste, é particularmente vulnerável.

O reforço do dispositivo soviético é possível, e certamente está previsto, mas não permitiria modificar a natureza das ações contra a China a que nós referimos. Seu ponto fraco é a logística, tributária de uma ferrovia moderna porém muito vulnerável. O dobramento da Transiberiana por Baikal—Amur, a 500 km mais ao norte, foi iniciado com o pretexto confessado de favorecer o desenvolvimento econômico do Extremo-Oriente soviético. Isso porém não deixa nenhuma dúvida no espírito dos chineses, que conhecem o pensamento estratégico dos responsáveis pela URSS.

As forças armadas e a estratégia indireta. Papel da Marinha e da Aviação de Transportes.

As operações militares no Extremo-Oriente durante a Segunda Guerra Mundial puseram em evidência a importância da Ásia Meridional na estratégia dos

ocidentais face a um inimigo que ocupe grande parte da China e do Sudeste Asiático.

Face ao perigo chinês, o subcontinente indiano adquire uma importância muito grande para os soviéticos, que aí têm mantido um vigoroso esforço de penetração. A Índia lhes é favorável; o conflito indo-paquistanês latente e, de modo geral, a instabilidade política que aí reina podem permitir-lhe novas oportunidades de Ingerência.

A penetração na Ásia Meridional surge também como um objetivo geográfico de um esforço que, a partir do Mediterrâneo oriental, toca os países árabes e a costa oriental da África.

Nesse esforço de penetração em países ribeirinhos do Mediterrâneo Oriental e do oceano Índico, a marinha desempenha um papel privilegiado, assegurando a presença permanente e veiculando a influência soviética. Quanto à Marinha Mercante, em rápida expansão, concorre não só com a penetração econômica mas também com a militar, assegurando as entregas de armamento e material.

A esquadra, todavia, não tem como única tarefa a penetração pacífica, pois participa da dissuasão nuclear e, em caso de crise, permitirá aos soviéticos ameaçar seriamente a liberdade de ação de seus inimigos. É suficiente recordar que com seus aproximadamente 300 submarinos e mais de mil navios de combate, a Marinha soviética, articulada em quatro esquadras independentes (Báltico, Mar Negro, Ártico e Pacífico) é a segunda do mundo. Nunca na história uma potência continental dispôs de semelhante força naval.

A aviação de transporte, civil e militar, desempenha um papel análogo e presta grande apoio em período de crise. Foi assim que, por duas vezes, em dois anos, a URSS organizou operações de apoio logístico por via aérea, para Angola (1975-1976) e para a Etiópia (Nov e Dez de 1977), tendo em vista manter os regimes sujeitos a sua ideologia.

Conclusão. Obstáculos e Perspectivas

A estratégia soviética resulta de um conjunto de concepção coerente. A vontade de ação dos dirigentes é inabalável e a docilidade do povo russo não tem paralelo, pelo menos enquanto ele se sente guiado por mão firme. Por isso deve-se pensar que os objetivos gerais que foram definidos serão perseguidos com tenacidade.

Todavia não se deve subestimar os obstáculos e as resistências que essa estratégia encontra e que contribuem, pelo menos no momento, para a manutenção do equilíbrio internacional.

Na primeira linha de obstáculos deve-se citar o sistema econômico que permitiu a demarcação de um país atrasado mas que se mostra cada dia menos adaptado ao desenvolvimento de uma grande e moderna potência em todos os campos. Sessenta anos após a Revolução de Outubro e apesar da enorme propor-

ção da população ativa empregada na agricultura (26% contra 14% na França e 5% nos Estados Unidos), esse grande país agrícola não satisfaz nem às suas próprias necessidades alimentares. Na indústria, apesar dos brilhantes êxitos em certos setores em que os dirigentes haviam decidido realizar o esforço, sobretudo naqueles destinados a demonstrar o prestígio e o poder militar da URSS, a produtividade é fraca e o desperdício considerável, em virtude de vícios inerentes ao regime, tais como excessiva centralização, burocracia e irresponsabilidade nos médio e baixo escalões.

De um modo geral, o sistema de planejamento rígido atingiu na Rússia o limite de suas possibilidades devido à complexidade que é própria de uma grande economia moderna.

Entre as resistências, deve-se levar em conta a faculdade de adaptação e, eventualmente, resposta dos países de economia liberal que se oporiam às atividades expansionistas da URSS, na medida em que estas comprometessem gravemente o futuro do Ocidente; além disso, só o vácuo ou a desordem política e militar seriam capazes de suscitar tais empreendimentos. No Terceiro Mundo, a penetração soviética pode parecer espetacular. Em realidade, povos e governos logo se mostram escabiados com a ideologia e a sem cerimônia da URSS. Assim é que, decorridos dois anos, vimos a denúncia do tratado de amizade egípcio-soviético (março de 1976) e logo (maio de 1977), a expulsão dos "técnicos" soviéticos do Sudão. Recentemente estivemos apreciando a crise nas relações somálio-soviéticas e a conseqüente perda das "facilidades" em Berbera. Deve ser ainda digna de nota a marcante independência da Síria em relação à Rússia, quando da intervenção armada no Líbano em 1976.

Para a União Soviética parecem mais graves ainda as resistências que ela enfrenta no próprio seio do mundo comunista. O monolitismo do bloco desapareceu com Stalin para dar lugar ao policentrismo, o que torna praticamente impossível para o Kremlin organizar uma conferência mundial dos Partidos Comunistas; a última teve lugar em 1969. Na própria Europa a direção de Moscou foi contestada não só pelos partidos denominados "euro-comunistas" mas também por alguns "partidos irmãos" presentemente no poder. A preparação da reunião dos Partidos Comunistas europeus em 1976 em Berlim foi particularmente laboriosa. O Kremlin teve que momentaneamente renunciar a citar o internacionalismo do proletariado, não conseguindo, mesmo assim, que os seus parceiros assinassem o documento final. Na maioria dos países-satélites europeus as tendências à adoção da "via própria" para o socialismo é manifesta. Em relação a países como a Polônia, Hungria e Romênia, a capacidade de manobra da URSS surge bem reduzida em relação a determinados temas. A própria República Democrática Alemã, durante muito tempo "satélite modelo", começa a apresentar problemas.

A longo prazo a URSS pode ser ameaçada dentro de suas próprias fronteiras. O regime repousa em uma ideologia que está em vias de enfraquecimento, particularmente entre jovens. Isso é tanto mais grave quanto, escudada pela ficção de um Estado Federal, e de princípios marxistas, ela permanece como um império

colonial sob direção russa. Nas camadas dirigentes do Partido e no Alto-Comando militar, a presença dos alógenos é até negligenciável. Ora, levando-se em conta o desequilíbrio no crescimento demográfico da União, os Grandes Russos (53,4% da população em 1971) serão minoritários antes de 1990 e os eslavos, em seu conjunto terão sua preponderância fortemente reduzida antes do final do século. Os povos submissos ao império dos Czares, que o regime soviético não cessou de elevar em seu nível cultural, não deixarão, por certo, de constestar a supremacia da etnia dominante.

Existe nisso um perigo que pode ser agravado pelo resplendor que a nova potência chinesa parece querer apresentar na Ásia. Os dirigentes soviéticos disso têm consciência e por tal motivo é que sua estratégia visa, em particular, a realizar o cerco pelo sul de seu vizinho asiático, para restringir sua liberdade de ação. No resto do mundo e notadamente na África, os esforços que a URSS desenvolve para modificar a relação de forças a seu favor, parecem, no momento, visar as posições ocidentais na fota do petróleo e das matérias-primas. Porém, além disso, parece que deseja se conciliar com os novos regimes socialistas antes que a China esteja em condições de poder concorrer em um terreno em que possa atrair para si a solidariedade do Terceiro Mundo.

TRANSCRITO DA REVISTA "DÉFENSE NATIONALE"
(MAIO/1978)
TRADUÇÃO DO MAJ CAV PAULD MARCOS